

# PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA FORTALEZA DE MONÇÃO

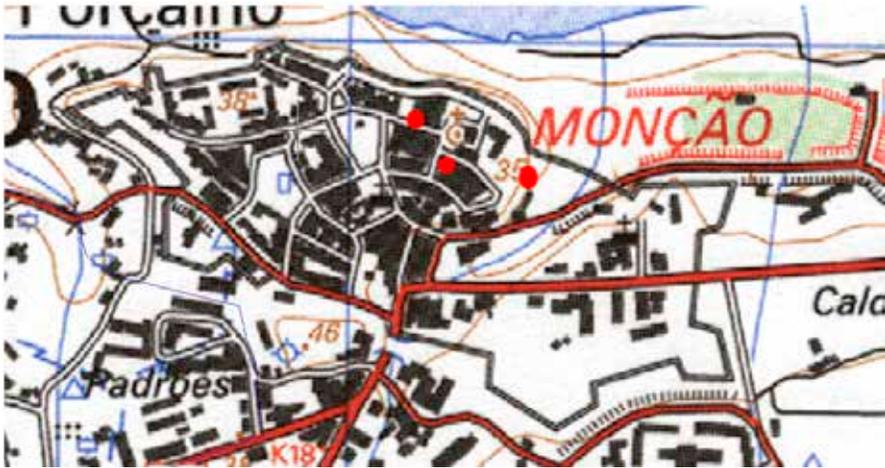
**Odete Barra**  
*Município de Monção*



Intervención de Odete Barra

A vila de Monção é ocupada desde tempos imemoriais, tendo como vestígios mais antigos alguns seixos talhados, datados do período pré-histórico, encontrados nas aluviões nas margens do rio Minho, junto ao parque termal e à sede do concelho.

Até à Idade do Ferro, tempos áureos da Cultura Castreja, nada se sabe da ocupação deste lugar, contudo algumas intervenções arqueológicas no centro histórico revelaram que este morro terá sido ocupado, fazendo parte de um grupo bastante alargado de povoados castrejos conhecidos no concelho de Monção.



Localização dos vestígios arqueológicos mais antigos do burgo de Monção

Mas, é sem dúvida aquando da formação de Portugal e da afirmação do rio Minho como linha de fronteira que surgem mais dados sobre a vida desta vila raiana. Dotada de um pequeno castelo, do qual nos resta uma parte voltada a Norte, podemos ainda atentar nos arruamentos estreitos e casas esguias, cujas portadas e janelas ainda possuem algumas características medievais ou deliciarmo-nos com uma visita à igreja matriz.



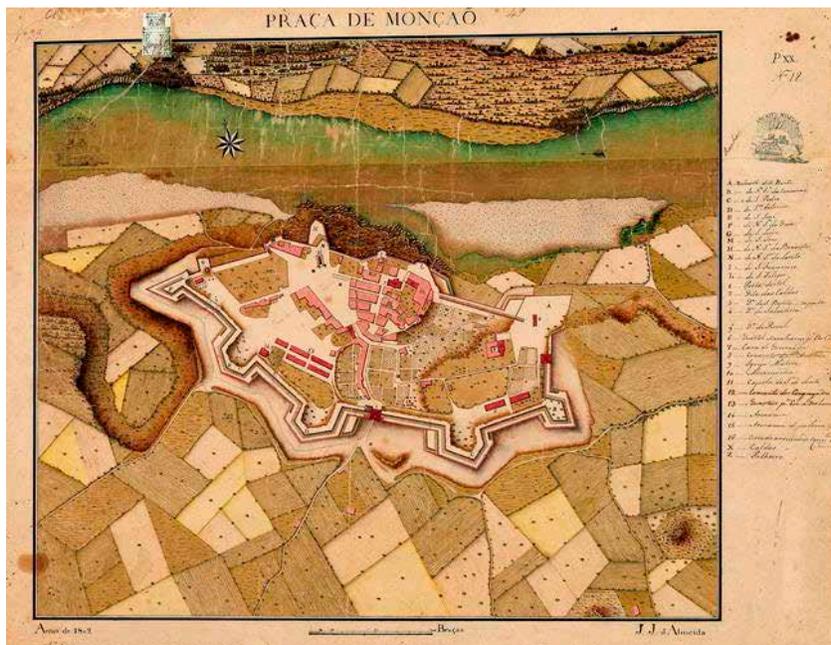
Pano de muralha medieval voltada ao rio Minho

Entre o século XIV e o século XVII, Monção vive momentos prósperos e a vila cresce para fora do amuralhado medieval, desenvolvem-se novos espaços como o Terreiro (actual Praça Deu-la-Deu), onde ainda hoje podemos ver edifícios de grande valor arquitectónico como são exemplo a Casa do Curro e a capela da Santa Casa da Misericórdia de Monção.

Após um prolongado domínio castelhano, entre 1580 e 1640, Portugal restaura a sua independência, mas durante cerca de 30 anos ainda fica em guerra com o país vizinho, necessitando de restaurar ou construir novas fortalezas que defendessem o país.

Juntamente com a fortaleza de Viana, Caminha e Valença, a fortaleza de Monção constitui uma das quatro grandes fortalezas em que assentava a antiga defesa do Noroeste português, estruturada em vilas amuralhadas na época medieval, e mais tarde transformadas em praças de configuração abaluartada, a qual era complementada com pequenos fortes.

A fortaleza de Monção terá sido projetada por Michel de L'École e executada sob a direcção de Manuel Pinto Vilalobos, sendo que as plantas mais antigas que se conhecem datam já do século XVIII e XIX.



Planta de 1802 traçada por J. J. D' Almeida (AHML: A3, P7, G32; n.º 49)

O traçado desta praça-forte é bastante irregular, obedecendo à própria irregularidade do terreno, sendo composta por baluartes de configuração diversa. Os baluartes voltados a Sul – baluarte da Nossa Senhora da Conceição, baluarte de S. Pedro ou Souto, baluarte de St. António ou Cova do Cão, baluarte de S. João ou Terra Nova e baluarte da Nossa Senhora da Guia -, são de maior dimensão, mais possantes e complementados por falsas-bragas. Os baluartes dispostos a Norte – baluarte de S. Luís ou Estandarte, baluarte de S. José, baluarte de S. Francisco, baluarte de S. Filipe de Nery e baluarte de S. Bento -, seguem a linha do rio Minho reforçando a defesa das portas e dos acessos às margens do rio. Contudo, esta grandiosa obra nunca foi concluída, ficando por terminar os fossos e esplanada.

Das 5 portas que existiam – portas de Salvaterra, da Fonte da Vila ou Caldas, de S. Bento, do Sol e do Rosal - restam-nos 3 – Salvaterra, Caldas e Rosal -, sendo dessas a Porta de Salvaterra a mais majestosa, aparelhada e armoriada, contrastando com as portas das Caldas ou Fonte da Vila e do Rosal, de estrutura mais simples desprovidas de qualquer tipo de ornamentação.



Porta de Salvaterra

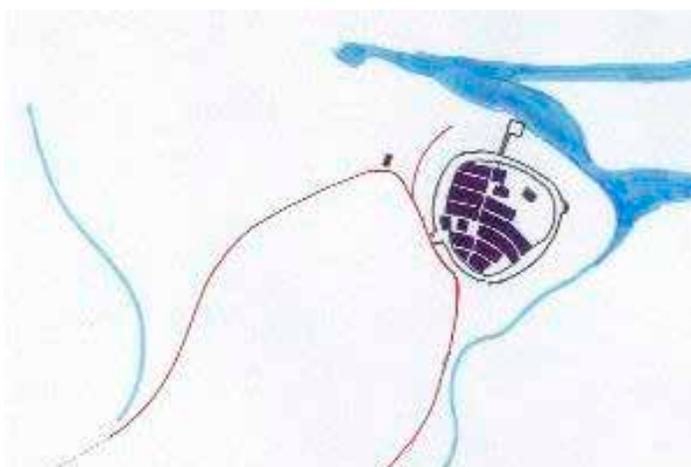
Esta estrutura vem substituir a defesa medieval composta por uma cerca e barbacã, da qual nos resta parte da cerca voltada a Norte, onde existe, ain-

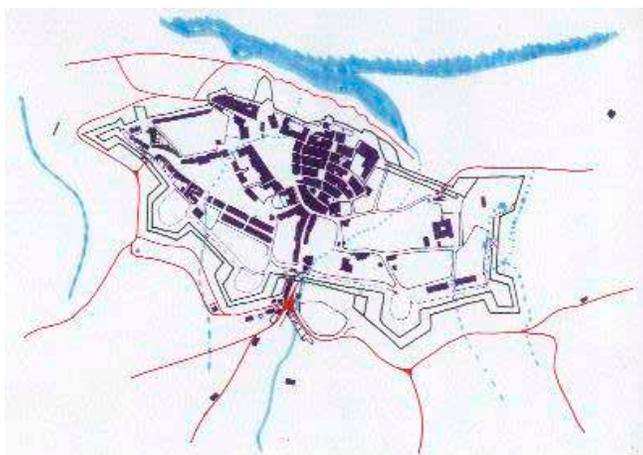
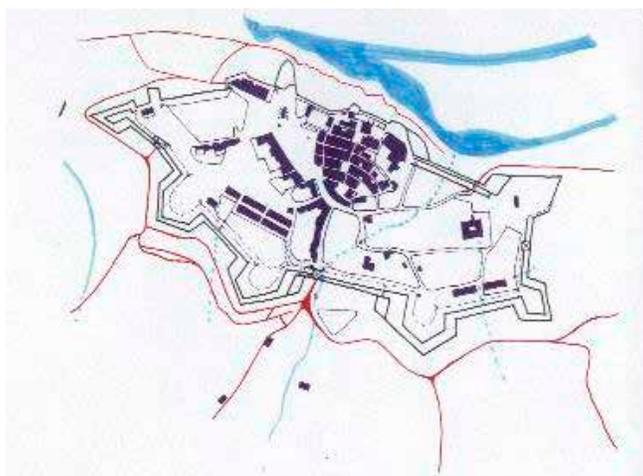
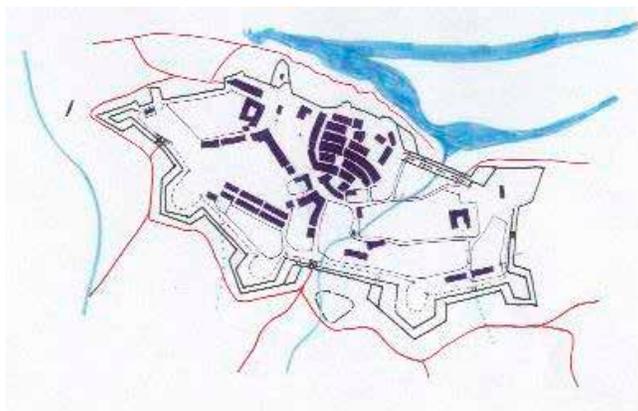
da, uma porta entaipada e nas margens do rio, é possível observar silhares siglados provenientes da antiga Torre da Couraça, junto de um antigo porto de rio de Monção.

Cronologicamente, segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida já no reinado de D. Sancho I deveria haver uma pequena fortificação elementar. Segundo a tradição, em 1368 ocorreu o episódio heróico da Deu-la-Deu Martins, esposa do governador da Praça de Monção. Mas só através dos desenhos de Duarte d'Armas é que se conhece a planta do castelo de Monção, que tinha planta circular e duas portas ligadas pela Rua Direita, com torre de menagem e barbacã com cubelo e 3 portas (uma, voltada ao Terreiro – actual Praça Deu-la-Deu -, outra voltada a Sul – Porta do postigo – e outra voltada ao rio – dando acesso ao porto fluvial e hoje em dia entaipada).

Deste primeiro castelo subsiste a organização urbanística do núcleo medieval, conservando um reduto circular onde se apresentam 6 arruamentos paralelos, regulados pela Rua Direita e pela sua principal transversal que passa frente à Igreja Matriz, também esta de origem medieval.

Fora do burgo medieval a expansão urbana vai acontecer ao longo dos eixos viários de ligação aos outros centros urbanos em redor de Monção e também das praças e edifícios religiosos dentro da fortaleza abaluartada.







Esquemas da evolução urbana de Monção

A pressão urbana que se faz sentir sobretudo durante o século XIX vai condicionar e envolver a fortaleza, levando ao seu abandono e alienação. Permitindo-se o desmantelamento de alguns troços para alargamento de eixos viários e da construção da própria linha de caminho-de-ferro, que fazia a ligação a Valença do Minho.

O progressivo decréscimo da importância da fortaleza vai originar uma série de problemáticas em torno dos terrenos pertencentes à praça e os proprietários dos terrenos que com ela confinam. Esse problema começou-se a sentir desde os finais do século XVIII. Segundo um requerimento efetuado

pelo Governador da Praça de Monção datado de 1849, alguns terrenos pertencentes à fortaleza foram aforados aos padres Neris, nomeadamente umas parcelas junto à muralha e os fossos:<sup>38</sup>. Queixava-se ele que, ou por esquecimento, ou por malícia das partes interessadas, há muito que as linhas confinantes dos terrenos militares com os civis haviam desaparecido, facto que dava aso a muitos abusos<sup>39</sup>, nomeadamente no que concernia aos terrenos aforados aos padres Neris.

A par da contenda com os padres da Congregação de São Filipe de Neri a ocupação do terreno com barracas deixa-nos vislumbrar, em ténues linhas, da capacidade construtiva da população da vila, das suas condições económicas e mesmo as condições de habitabilidade. Esse indicador não nos fornece, igualmente, a evolução demográfica e taxa de ocupação no espaço dentro e fora das muralhas da vila. Possuímos, contudo, alguns apontamentos demográficos paralelos. Em 1867 iniciou-se o processo de recenseamento escolar do país. Na altura, e passamos a citar os números camarários de 12 de Setembro desse ano, “(...) nes-/te Concelho e Comarca de Monsão existe actualmente uma/ Comarca com 6.331 fogos, cuja sede é nesta antiga Villa/ e praça de Monsão aqual é a única povoação mais im-/portante de toda a Comarca (...) que contem trezentos noventa etres/ fogos, (...)” (AMMAC, 1.17.7.26, fl. 127 v.-129).

A fortaleza começou, então, a ser vista mais frequentemente pela edilidade como um entrave ao desenvolvimento da vila, detetando-se, a partir desta altura um conjunto de projetos que tinham em vista o corte das muralhas em alguns pontos. Numa primeira fase, conscientes de que o Ministério da Guerra oferecia muita resistência aos projetos que propunham esse tipo de impacto na fortaleza, estes eram escassos. Exemplo desses entraves é a resposta e condições exigidas pelo supradito ministério em relação às pretensões camarárias para a abertura de um caminho de serventia nos fossos junto às antigas portas de S. Bento.

---

38 Faz-se referências ao “afo-/ramento que o fiserão em 1736 com a/ clauzula de o tornarem a entregar/ a todo otempo que fosse preciso para a deffeza e serviço da Praça” (AHML, 3ª Div., 9ªSec., Cx.6, n.º 32, fl. 14v.)

39 “(...) em varios pontos da circunferencia interna e externa desta/ Praça acham-se riscados os vestígios da/ sua demarcação militar por terem de-/saparecido os marcos já por effeito/ do lapso de tempo, já por mali-/cia de partes interessadas, esta oc-/correncia tem dado motivo a que os/ proprietarios limitrophes e convezinhos/ á demarcação da mesma Praça te-/nhão commettido varios abuzos, como/ por exemplo e principalmente á mesma// Praça. Quando em 1835 tomei o gover-/no desta Praça não me entregou o Gover-/nador memorias ou plantas da Praça/ e sommente me mostrou a demarcação/ e me indicou o terreno que era pertencente á Praça, cujo terreno tenho/ concervado ate agora a não ser par-/te que o Governo alianou (...)” (AHML, 3ª Div., 9ªSec., Cx.6, n.º 32, fl. 14).

Em 14 de Janeiro de 1867 a Câmara propunha que a estrada que se estava construindo desde o Estremo até ao centro da vila entrasse nela por uma abertura na muralha entre os baluartes da Terra Nova e da Cova do Cão<sup>40</sup>. A 19 de Janeiro de 1887 foi apresentada uma proposta pela mão do vereador Domingos Enes Ramos Fontainhas para que se demolisse a muralha que envolvia a vila, para que a mesma pudesse crescer em número de casas, pois a mesma muralha impedia um crescimento regrado da mancha urbana de Monção, reclamando-se, igualmente, a entrega dos quartéis à Câmara para que se transformassem em sede de serviços<sup>41</sup>. Em 27 de Março de 1889 propunha-se em sessão camarária que se promovesse a construção de uma estrada desde o baluarte dos Neris até ao poço da Couraça, bem como a construção de uma escadaria em pedra desde a capela da Senhora do Loreto até aquele porto fluvial.<sup>42</sup> Como facilmente se pode verificar, não foi por falta de ideias que a vila não aglutinou as muralhas da fortaleza e, conseqüentemente, se as não demoliu.

A pressão urbana do centro da vila, nomeadamente a constante ocupação de espaços ruralizados por construções, acabariam por tornar obsoletas as entradas/ portas que a referida fortaleza possuía. O tráfego exigia já soluções diferentes e vias mais importantes. As primeiras tentativas de alterar a fisionomia das portas da fortaleza ocorrem no desentulhamento das portas de S.

---

40 “(...) *se representa-se ao/ Governo se Sua Magestade 1º para que a estrada q(ue)/ se está construindo da portella do Estremo a esta Villa/ entrasse nella pelo lanço da Muralha, pelo qual/ passa o aqueduto da agua do chafariz (...)*” (AMMAC, 1.17.7.26, fl. 111v.)

41 “(...) *Achando-se esta Villa e antiga praça de Monsão cercada de mu-/ralha, que a maior parte della existe em ruina, não deixando por/ isso alargar a mesma villa nem fazer construcções por não há-/ver terreno disponivel para ellas, e sendo certo que uma villa/ com tal estorvo já mais pode alargar a sua área, e mesmo den-/tro della por ser pequena fazerem-se as construcções precisas// propunha que se pedisse a Sua Magestade pelas repartições competen-/tes, a concessão da dita muralha, que cerca esta villa, com os terrenos adjacen-/tes e pertencentes á mesma praça para alargamento desta povoação enelles/ se fazerem as construcções necessarias. Bem como sepeção igualmente/ os antigos quarteis, que tambem estão em ruína, sitos na praça de Dom/ Pedro quinto, para no local delles se construir uma caza que dentro/ della possa conter todas as repartições publicas existentes nesta villa,/ (...)*” (AMMAC, 1.17.7.31, fl. 22v.-23)

42 “(...) *que, como dependencia da praça do peixe, ma-/tadouro publico, servidão das Caldas, embarque e/ desembarque do rio Minho, se construísse uma/ estrada em zigue zague, que partindo do prin-/cipio da rua dos Nerys, junto as cazas de D. Liba-/nia Roza Dias Pinheiro e quinteiro de José Francis-/co da Silva Guimarães, rasgando-se, para isso as/ muralhas, no sitio do boeiro, fosse dar ao rio Mi-/nho no ponto em termina o Poço da Couraça;/ e que tambem para servidão de pé da mesma/ praça, se construísse um aescada de pedra no/ angulo renitrante, formado pela cortina da/ muralha que supporta ás cazas de Miguel Rodri-/gues Ferreira e o baluarte do Loreto (...)*” (AMMAC, 1.17.7.32, fl. 8)

Bento que estavam entaipadas, pelo menos desde 1802. Esta obra, todavia, não teria sido de grande aparato, pois a Porta de S. Bento seria um pequeno postigo, como a Porta das Caldas.

Como se necessitava de uma via de abastecimento de pedra para as obras das Caldas, a Câmara, em 22 de Abril de 1845 acordou a abertura da porta para esse efeito<sup>43</sup>. A 8 de Outubro de 1845, os senhores da Câmara aprovou a conta apresentada pelo mestre carpinteiro que retirou três carros de mão de material desde a porta de S. Bento para as Caldas<sup>44</sup>, mas a 11 de Agosto de 1847 ordenava o pagamento a carreteiros no valor correspondente a 267 carros de pedra, conduzidos na mesma para as Caldas<sup>45</sup>.

Começaram, também, as tentativas da edilidade municipal em desmantelar as Portas do Sol, com vista a alargar-se aquela entrada, pois a largura delas não permitia a entrada de carros largos. O abastecimento da vila era, em finais do século XIX/ princípios do século XX, muito precário e custoso. As primeiras referências que possuímos acerca dessas pretensões surgem à volta de Junho de 1898; nas quais a Câmara pedia a demolição das abóbadas (arco) e em troca procederia a obras de reparação dos quartéis militares da praça que estariam ruinosos<sup>46</sup>. Seguiu-se todo o aparato burocrático entre a Câmara e o Ministério da Guerra, mas a autorização para a demolição das Portas acabou por surgir em 27 de Julho de 1899, depois de ambas as entidades acordarem a assinatura de uma concessão de demolição, com determinadas condições para a Câmara<sup>47</sup>. Apesar de ser formalizado nesta altura, só em 6 de Março de 1901

---

43 “(...) que semande faser nas Portas da moralha/ deS. Bento, a porta para sahir apedra para/ a obra das Caldas./ (...)” (AMMLA, 1.20.4.4, fl. 85)

44 “(...) Accordão que sendo apresentado pelo Mestre/ carpinteiro PedroJose Calvinho aconta das forcas/ e despesas dedois carrinhos de mão para o desem-/tulho das Portas de S. Bento, emais hum carro/ de mão para apedra. Abrir aporta damuralha/ de S. Bento, pedraria, e carpintaria, (...)” (AMMLA, 1.20.4.4, fl. 98)

45 “ (...) Accordão que sepague aos Carreteiros dusentos e Sessenta/ esete Carros depedra, conduzidos das Portas de S. Bento/ para as Caldas (...)” (AMMLA, 1.20.4.4, fl. 149v.)

46 “(...) Outrosim/ foi resolvido que a mesma Comissão elaborasse uma/ representação que directamente será entregue ao s(e)n(ho)r Mi-/nistro naquella estancia pedindo mais uma vez que seja-/jam demolidas as portas do Sol e bem assim um regimento/ ou uma ala d’ elole para esta localidade, promptificando-se// promptificando-se a Camara a fazer as necessarias repara-/ções nos quarteis d’ esta villa./ (...)” (AMMAC, 1.18.3.1, fl. 44v.)

47 “(...) celebrar a escriptura de conces-/são para demolição das abobodas das portas do sol/ (...) sendo as principaes condições estipuladas/ as seguintes que a Camara approvou e aceitou:/ A Camara demolirá à sua custa as abobodas das/ Portas do Sol ficando com a pedra proveniente da/ demolição; o terreno respectivo continuará na posse/ e administração do Ministerio da Guerra; a demolição/ fica sujeita à fiscalização da Inspecção de Engenharia/ na 3ª Divisão Militar/ (...)” (AMMAC, 1.18.3.1, fl. 121-121v.)

é que as portas estavam demolidas<sup>48</sup>. Do período seguinte, há um conjunto de documentos que referem as depredações que a pedra resultante da demolição destas portas sofreu, até acabar por ser transportada para a construção do edifício das Caldas.

Como a Porta de S. Bento e as portas das Caldas e do Rosal não forneciam o escoamento necessário ao trânsito, pensou-se a abertura de uma entrada na cortina situada entre o baluarte da Terra Nova e as Portas do Rosal, em frente à Alfândega<sup>49</sup>. Esta é a primeira referência que possuímos acerca da pretensão de se demolir a cortina onde atualmente passa a Rua Dr. Felgueiras.

Outras reformas foram efetuadas, mas que não têm tanto impacto como as grandes linhas de fundo que condicionaram em grande parte a fisionomia urbana da vila atual. Assim, nos anos que se seguiram assistiu-se à reforma do edifício das Caldas, a qual começara em Janeiro de 1900 (AMMAC, 1.18.3.1, 168). Para além disso, o município tratou, durante este período, de cuidar do aspeto da vila, nomeadamente no arranjo arbóreo de algumas zonas, como está patente na ata camarária de 26 de Fevereiro de 1903<sup>50</sup>.

Mais tarde promoveu-se o corte do pano de muralha entre o baluarte de S. Bento e o de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Conceição, correspondente à porta de S. Bento, a abertura na Cortina dos Capuchos, junto à porta das Caldas e, por fim, a abertura nos flancos do baluarte da Cova do Cão, para a instalação da linha de caminho-de-ferro que ligava Monção a Valença. A abertura da Avenida das

---

48 “(...) *O s(e)n(ho)r presidente deu conta á Camara de que ficara/ concluida a demolição das abobodas das Portas do Sol/ e devidamente cumpridas as condições impostas ao empreiteiro (...)*” (AMMAC, 1.18.3.1, fl. 230)

49 “(...) *o s(e)n(ho)r Administrador do concelho/ recomendou (...) a necessidade de representar novamente ao Governo/ de Sua Magestade a urgencia e conveniencia de/ auctorisar a Camara para abrir uma servidão/ da villa no panno da muralha denominada/ da Alfandega, pois que com os trabalhos da demolição/ das portas do sol ficará durante bastante tempo impe-/dido o transito para a villa de Melgaço, por não há-/ver outro caminho onde possam passar os trens e/ carros de mercadorias. A Camara assim o resolveu/ encarregando o s(e)n(ho)r presidente de elaborar a representa-/ção n’ esse sentido./ (...)*” (AMMAC, 1.18.3.1, 201v.). Por tudo isto, “(...) *Foi apresentada e lida a representação ao Governo/ de Sua Magestade pedindo a abertura de uma/ nova servidão para a villa no panno da muralha/ do lado da Praça de D. Pedro V que a Camara appro-/vou para ser remettida ao seu destino por intermedio da/ Administração do concelho./ (...)*” (AMMAC, 1.18.3.1, fl. 202).

50 “(...) para arborizar e aformozear os baluartes da/ praça, principalmente os denominados dos/ Neris, Loreto e Salvaterra, sem de nenhum mo-/do lhes alterar as linhas e planos existentes./ satisfazendo-se assim as reclamações do publico/ que e muito justamente considera que aquelles pontos devidamente aformoseados constituiriam/ no verão formozos retiros de sombras e recreio/ para os forasteiros (...)” (AMMAC, 1.17.7.35, fl. 114v.).

Caldas ocorreu a partir de 1914, pois a 21 de Novembro desse ano fazia-se referência às diligências de um ex-administrador do concelho, o senhor António de Pinho, no sentido de apressar a conclusão da referida obra<sup>51</sup>.

De uma forma muito genérica é esta evolução urbana de Monção, desde o seu apogeu em plena época medieval, com grande importância na defesa da linha de fronteira e no controlo da navegabilidade do rio Minho. Importância essa que se vê refletida após a Restauração da Independência em 1640, com a construção de uma imponente fortaleza abaluartada que envolvia não só o núcleo habitacional de origem medieval mas também todas as habitações e edifícios religiosos que foram surgindo desde o século XV nos “arrabaldes” da vila.

A partir do século XIX e primeira metade do século XX começa-se a assistir à decrescente importância militar da fortaleza e à sua ruína, que em muito justificou a sua alienação e desmantelamento.

Esta situação leva à desvalorização da fortaleza por parte da comunidade, verificando-se o seu abandono e não reconhecimento histórico e patrimonial. Sendo este o mote para nos finais do século XX e princípios do nosso século surgirem uma série de iniciativas e projetos cuja missão foi e é a reapropriação da fortaleza por parte da sua comunidade, assim como a sua valorização, salvaguarda e dinamização.

Em 2000 foi criado o Gabinete Técnico Local, com uma equipa multidisciplinar com o intuito de realizar o Plano de Pormenor de Salvaguarda e Reabilitação do Centro Histórico de Monção (PPSRCHM). Para a execução deste plano, que decorreu ao longo de 4 anos, realizou-se um estudo evolutivo do centro histórico, com consulta em diversos arquivos, permitindo conhecer melhor a cartografia e historiografia deste lugar, que associando aos levantamentos topográficos atuais e estudo do edificado permitiu conhecer a história de Monção, sua origem e evolução até aos nossos dias.

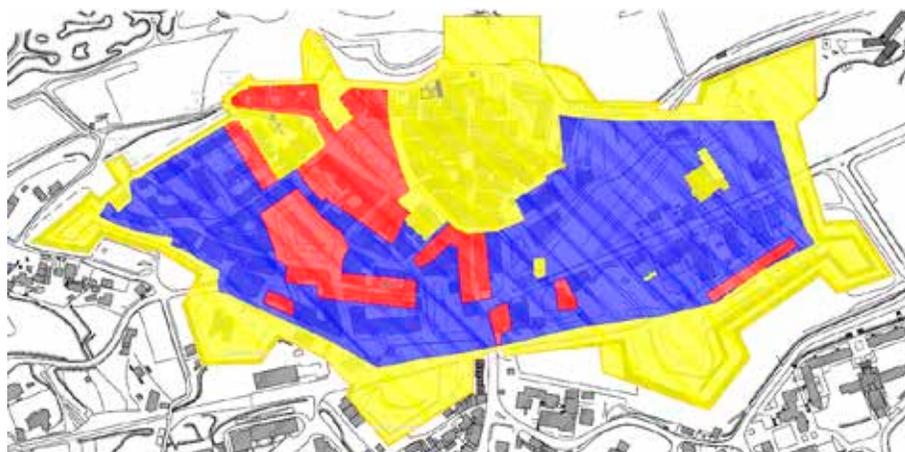
O estudo exaustivo do edificado e dos espaços urbanos levaram à definição de áreas de intervenção, que se refletiu em anteprojetos e projetos

---

51 “(...) o prestante cidadão Antonio de / Pinho, não só durante o tempo que serviu o cargo/ de administrador d’ este concelho, como ainda posteriormente, solicitado junto do ilustre deputado do circulo s(en)(ho)r major Sá Cardozo os seus bons officioz/ perante os Ministerioz da Guerra e Fomento para/ a dotação e rapida conclusão da avenida das Caldez/ (...) achando-se aquella conclusão dependente da/ auctorização do Ministério da Guerra, para a/ abertura do pano da muralha ao norte da villa (...) um melhoramento de tanta necessidade para o engrandecimento/ das Caldas de Monção./ (...)” (AMMAC, 1.17.5.18, fl. 214)

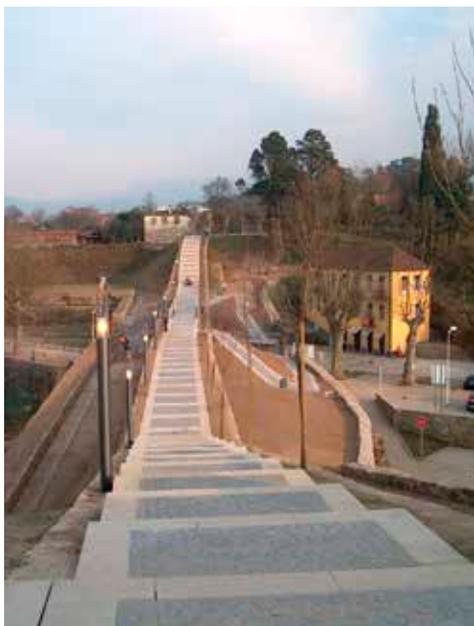
de reabilitação urbana. Mas também permitiu a realização de algumas intervenções arquitetónicas e arqueológicas que ajudaram a melhor perceber a evolução desta vila. Por exemplo, os primeiros documentos e vestígios arquitetónicos visíveis datam do pós formação da nossa nacionalidade, contudo a realização de intervenções no núcleo mais antigo permitiu aferir espólio do período proto-histórico, confirmando a existência de um pequeno povoado castrejo.

O conjunto de dados que eram fornecidos quer pelo estudo arquitetónico quer pelo estudo histórico-arqueológico levaram à criação de uma carta de risco arqueológico com a definição de zonas mais ou menos sensíveis assim como à sua inclusão no regulamento do PPSRCHM.



Carta de risco arqueológico.

Paralelamente ao Plano de Pormenor foram realizadas várias ações de sensibilização da população para a valorização e reconhecimento da Fortaleza, assim como encetadas algumas obras de conservação e restauro da própria muralha. Obras estas que melhoraram a qualidade de vida dos monçanenses, permitindo uma melhor circulação no centro histórico, “libertando” a muralha tornando-a mais visível.



Passeio dos capuchos, antes e depois das obras de requalificação e restauro da muralha

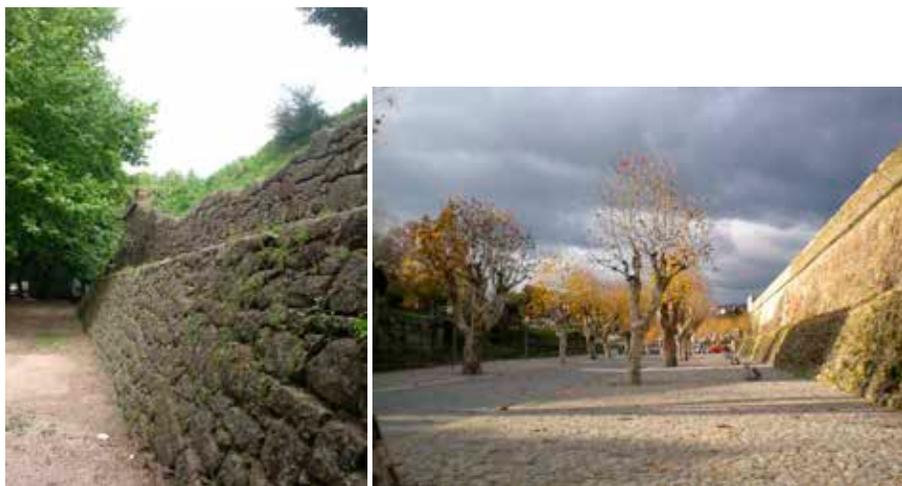
Paralelamente foram também realizadas obras em edifícios de grande valor arquitetónico, promovendo junto dos particulares o restauro do edificado e o estudo arqueológico dos mesmos.



Antigo Grémio Agrícola recuperado e transformado em Arquivo Municipal de Monção

Os projetos de recuperação urbana e da fortificação têm continuado ao longo dos anos sendo a mais recente a obra do Campo da Feira, onde se recuperou e restaurou grande parte da muralha entre as Portas de São e as Portas do Sol, assim como toda a área de fossos, tendo sido retiradas muitas das árvores existentes que cobriam o pano de muralha impedindo uma melhor visibilidade da mesma, assim como se ordenou todo o espaço do fosso ocupado semanalmente pela feira local.

A manutenção da vegetação junto da muralha e a limpeza da mesma também se faz de forma continua o que permite perceber melhor a sua dimensão aumentando o impacto da mesma na paisagem.



Campo da Feira, antes e depois da recuperação do pano de muralha

A Fortaleza de Monção faz parte da linha de fortificação do vale do Minho, fazendo parte de uma série de projetos de divulgação e dinamização, como por exemplo o Plano Diretor das Fortalezas, que incluía fortalezas das duas margens do rio e que permitiu um estudo das patologias das fortalezas, o que no caso de Monção permitiu complementar o trabalho realizado pela equipa do Gabinete Técnico Local.

Desde meados da primeira década do nosso século que se tem realizado várias atividades lúdico-pedagógicas com a comunidade escolar de Monção, mas também organizando visitas guiadas pelo centro histórico a grupos que

assim solicitam. Estas atividades fomentam a sensibilização do público mais jovem, mas também da comunidade local que por vezes se junta aos grupos e redescobre a história da sua vila.



Visita guiada a alunos do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas de Monção



Prospecto do circuito pela fortaleza de Monção

Como forma de complementar as visitas, têm-se criado vários folhetos informativos e criou-se recentemente um circuito, devidamente assinalado, que facilita as visitas realizadas de forma independente pelos turistas que visitam Monção.

O Município dispõe ainda do Serviço Educativo que anualmente prepara atividades para a comunidade, sendo um dos seus objetivos dar a conhecer a história local e o seu património, sendo que a fortaleza de Monção se revela central em muitas das atividades propostas.

Mais recentemente a Fortaleza de Monção fez parte de um projeto trans-fronteiriço – Muralla Digital – que possibilitou a continuação do estudo evolutivo de Monção e fazer reproduções 3D da fortaleza, colocando esta informação em vários equipamentos culturais do município, permitindo uma maior divulgação, não só do projeto mas também da própria fortaleza.

Ou seja, o estudo constante da história da Fortaleza de Monção é complementado com as diversas obras públicas e privadas que se realizam no centro Histórico de Monção. Permitindo uma melhor sensibilização da população local para a sua preservação, mas também possibilita um melhor dinamismo do mesmo.

Monção está localizada num ponto central do vale do Minho, que é visitado por milhares de galegos que atravessam a fronteira para desfrutar do Património nosso património não só cultural mas também gastronómico e enológico.

A edilidade tendo consciência desta afluência tem apostado numa maior atratividade do seu centro histórico, capacitando-se de meios e equipamentos culturais, como seja a definição de circuitos de visitação ou postos de informação turística. Esta aposta tem-se revelado também profícua para a população local que se revê no centro Histórico valorizando todos os seus valores, dos quais se destaca a Fortaleza de Monção – imponente e singular encerrando em si vários edifícios de grande valor arquitetónico e histórico, assim como lugares de grande simbolismo etnográfico como lendas e estórias que enriquecem e ajudam a dinamizar esta vila raiana.